

Trump anuncia negociações e adia ultimato ao Irã por 5 dias

Irã disse que o presidente americano recuou após ameaça de retaliação sobre Hormuz

NASA/GSFC via Wikimedia Commons



A poucas horas de vencer o ultimato que havia dado para o Irã reabrir o estreito de Hormuz, o presidente Donald Trump disse nesta segunda-feira (23) que adiou por cinco dias os ataques à infraestrutura energética que havia prometido fazer caso a teocracia se recusasse a aceitar suas demandas.

O preço do barril de petróleo, que na semana passada chegou perto dos US\$ 120, desabou para cerca de US\$ 100 após o anúncio, apesar de não haver nenhuma confirmação por parte do Irã.

O republicano disse que seu governo está conversando com autoridades do país persa, mas não o líder supremo, Mojtaba Khomeini —que assumiu após a morte do pai, Ali, no início da guerra disparada pelos Estados Unidos e Israel há três semanas, mas ainda não apareceu em público ou na TV.

“Eu não sei dele. Eu não o considero como líder”, disse Trump, que citou um acordo de 15 pontos em discussão que inclui a renúncia que o Irã já havia prometido fazer a armas nucleares. Ele também insiste em que a teocracia desista totalmente de seu programa nuclear, o que Teerã rejeita.

Segundo a agência iraniana Mehr, a chancelaria do país disse que Trump só quer ganhar tempo para sua campanha militar e aliviar a pressão no mercado de petróleo, confirmou que há “iniciativas para reduzir a tensão”, mas que Teerã só aceitará propostas dos Estados Unidos diretamente.

Trump afirmou que até aqui quem conversou com os iranianos foram os negociadores Steve Witkoff e Jared Kushner, este seu genro dedicado a promover os negócios do sogro. Agora, ele deve entrar no circuito.

“Estamos fazendo esse período de cinco dias, vamos ver o que acontece. Se for tudo bem, podemos acabar resolvendo isso”, disse. Ele disse que gostaria de ver “algum tipo de mudança de regime”, e uma nova liderança ao estilo favorável a Washington como ele instalou na Venezuela após capturar Nicolás Maduro em janeiro.

Isso parece altamente improvável, dado que até aqui a teocracia manobrou para sobreviver. A estatal iraniana Press TV disse que não houve contato algum e que a decisão do americano foi um recuo dada a decisão de Teerã de retaliar duramente contra alvos no golfo Pérsico se a ameaça fosse concretizada.

Ele havia ameaçado no sábado (21) bombardear usinas de energia do Irã a partir do fim do prazo, às 20h13 desta segunda, no horário de Brasília, caso a teocracia não reabrisse o estreito de Hormuz, via estratégica de escoamento de um quinto da produção mundial de petróleo e gás natural liquefeito.

“Tenho o prazer de informar que os Estados Unidos e o Irã tiveram, ao longo dos dois últimos dias, boas e produtivas conversas acerca da resolução total de nossas hostilidades no Oriente Médio”, escreveu o americano, relatando conversas até aqui desconhecidas.

Em entrevista à Fox News, americano afirmou que o Irã “quer muito” fazer um acordo e que isso pode acontecer em cinco dias ou menos.

Assim, Trump, que antes dizia não saber com quem conversar após ter matado boa par-

te da cúpula iraniana na guerra iniciada com Israel há três semanas, volta ao seu padrão de elevar a pressão e depois esticar ou ignorar prazos —comum no seu manejo das negociações da Guerra da Ucrânia.

Para o Irã, ainda que haja negociações de fato, será uma oportunidade de cantar vitória após o pesado bombardeio a que vem sendo submetido e ainda dizer que TACO (Trump sempre amarela, na sigla do meme em inglês).

O republicano não citou ações contra outros alvos, como instalações militares ou o programa nuclear do país, nem falou se seu parceiro na guerra iniciada há três semanas, Israel, iria participar da suspensão. Ele apenas disse que Tel Aviv “estava contente” com o avanço relatado.

Na prática, Estado judeu manteve grandes bombardeios contra Teerã, que deixaram partes da capital do Irã sem eletricidade na madrugada desta segunda. A energia elétrica começou a cair logo após grandes explosões serem relatadas nos subúrbios da cidade de 9,8 milhões de habitantes.

Até aqui, o governo iraniano não havia reagido ao ultimato de Trump para além da

retórica desafiadora. Como vem fazendo desde que o prazo foi dado, disse numa reunião do seu Conselho de Defesa nesta segunda que irá retaliar se o republicano atacar.

Segundo o órgão, toda a infraestrutura energética de Israel e em torno de bases americanas na região será considerada alvo. Em caso de ataque a ilhas ou à costa do país, disse o conselho, o estreito de Hormuz será fechado e todo o golfo Pérsico será minado.

Hoje já há a suspeita de que trechos da faixa de navegação da via por onde passam 20% do petróleo e do gás natural do mundo tenham minas marítimas implantadas. Os poucos navios que transitam por lá com autorização iraniana, deixando o golfo Pérsico, o fazem por uma rota por águas de Teerã.

Ameaçado, o Irã elevou o tom apostando em mais caos econômico, além de manter seus ataques contra Israel e o vizinho do golfo. Na semana passada, quando Tel Aviv bombardeou suas instalações no maior campo de gás natural do mundo, revidou destruindo parte da capacidade de exportação do líder deste mercado, o Qatar.

A tensão acabou reduzida, e o barril do petróleo do tipo Brent chegou a quase US\$ 120, fechando a semana em US\$ 112. Na abertura do mercado nesta segunda, chegou a ir aos US\$ 116, despencando para US\$ 98 com a fala de Trump, depois estabilizando-se em torno de US\$ 100.

Trump havia dito que daria 48 horas para a resposta do Irã a partir da publicação de sua postagem na rede Truth Social sobre o tema. As Bolsas asiáticas fecharam em queda com a expectativa de que o conflito irá escalar.

Antes do ultimato, o americano havia dado um sinal contrário, sugerindo desacelerar a guerra. No domingo (22), seu secretário do Tesouro, Scott Bessent, disse que poderia ser necessário escalar antes de desescalar e sugeriu ação terrestre contra a ilha de Kharg, centro exportador de petróleo do Irã. Há 5.000 fuzileiros americanos a caminho do Oriente Médio.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Referendo sobre Judiciário vira prévia eleitoral na Itália

Falta cerca de um ano para as eleições parlamentares na Itália, aquelas que irão definir qual será o próximo primeiro-ministro, mas o clima de campanha política está há semanas no ar. No domingo (22) e na segunda (23), os eleitores foram às urnas para votar “sim” ou “não” em uma proposta do governo de reforma da Constituição sobre temas do Judiciário.

Apesar de bastante técnico, de difícil adesão popular, o referendo se tornou central no debate político. De um lado, a primeira-ministra Giorgia Meloni e seus aliados defendem o “sim”, que a reforma é necessária para melhorar e modernizar a Justiça italiana. De outro, a oposição apoia o “não” e vê a iniciativa como tentativa de enfraquecer a autonomia do Judi-

ciário, alterando o equilíbrio dentre Poderes.

Na reta final da campanha, Meloni, da ultradireita, engajou-se pessoalmente, com a participação em comícios, programas de TV, podcasts populares e apelos nas redes sociais. Caso o “sim” seja derrotado, a primeira-ministra será pressionada a renunciar —algo que ela já descartou. As últimas pesquisas, do início do mês, indicavam empate.

O quinto referendo constitucional da República italiana, que completa 80 anos em junho, tem uma única pergunta na cédula, em cinco linhas, sem detalhar quais serão as mudanças nos sete artigos da Carta.

A reforma toca em três pontos. O principal deles determina a separação das carreiras de juízes e de representantes do Ministério Público,

como é hoje na maior parte dos países europeus e no Brasil. Na Itália, atualmente, as duas figuras são parte da magistratura, fazem um único concurso e têm a mesma trajetória de carreira.

Apoiadores do “sim” afirmam que a separação evitaria que juízes aderissem com facilidade a teses de acusação de promotores, por corporativismo, em prejuízo de advogados defensores. Os contrários à reforma dizem que as carreiras são, na prática, já separadas, com baixo percentual de passagem de uma função a outra, consentida uma única vez.

O segundo ponto é a divisão do Conselho Superior da Magistratura (CSM), o órgão de autorregulação que decide sobre promoções de cargo e sanções disciplinares. Com a reforma, seriam dois conselhos: um para juízes, outro para promotores e procuradores.

A controvérsia está na forma como serão compostos os dois órgãos. Em vez de eleições feitas pela própria magistratura, que tende a priorizar nomes com carreiras de prestígio, e

pelo Parlamento, que escolhe entre juristas e advogados experientes, os integrantes passariam a ser sorteados.

A intenção do governo é enfraquecer as correntes ideológicas dentro da magistratura. Um dos riscos, dizem os contrários, é diminuir a representatividade nos conselhos. As regras do sorteio não são claras —dependem de leis que serão formuladas depois—, e não se sabe, por exemplo, o que aconteceria se a maioria dos sorteados fosse homem ou de apenas uma região do país.

Por fim, o terceiro ponto prevê a criação de uma Alta Corte Disciplinar, também definida por sorteio, para julgar e punir juízes e promotores acusados de erros.

O referendo foi marcado depois que a reforma foi aprovada pelo Parlamento com maioria simples de votos, não com os dois terços exigidos para entrar diretamente em vigor. A decisão passou, então, aos eleitores. Sem exigência de quórum, ganhará a resposta que obtiver mais votos válidos.

Por Michele Oliveira (Folhapress)